

ADunicamp

2003: UM ANO DE LUTAS

Iniciamos 2003 vivendo uma situação preocupante porque repete 1999 e 2000, no que diz respeito à situação salarial, e 1997 e 1998, no que diz respeito à discussão da Previdência Social.

O ano de 2002 terminou com dinheiro em caixa e o ICMS em ascensão (vide texto neste boletim), mas com nossos salários defasados, já que nem sequer o abono solicitado foi concedido.

A imprensa confirma a elevada taxa de inflação, que tende a aumentar com a especulação motivada pela guerra Bush/Sadam Hussein. Ao mesmo tempo o funcionalismo público, mais uma vez, é colocado no papel de vilão responsável pelo déficit público. Nosso sistema de aposen-

tadoria volta à discussão. Somos apontados como grandes culpados pela situação caótica da Previdência Social. Uma campanha intensiva está em andamento para mudar o sistema de aposentadoria dos trabalhadores públicos, com a fixação de um teto correspondente ao dos trabalhadores da iniciativa privada que desconsidera diferenças no sistema de contribuição e no valor dos salários percebidos na ativa.

2003 será, assim, um ano de lutas que requer nossa mobilização. Precisamos lutar por reajustes de salários e em defesa de nossos direitos previdenciários. Com isto estaremos lutando, principalmente, pela qualidade do ensino público gratuito.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 20/02 (quinta-feira),
às 12h00, na Adunicamp.

PAUTA:

- 1) Campanha Salarial;
- 2) Reforma da Previdência;
- 3) Escolha de delegados para o 22º Congresso do Andes-SN.

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Dia 18/02 (terça-feira)
12h00

Sede da Adunicamp.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS AVALIZAM FACULDADE PRIVADA?

Fomos surpreendidos com um enorme anúncio acompanhado de quatro artigos assinados por professores da FMU, ocupando duas das 10 páginas, no último número do Jornal de Resenhas da Folha de São Paulo. Estranhamos o fato, uma vez que o Jornal de Resenhas conta com a participação editorial e financeira da Unicamp, USP, Unesp e UFMG. Temos notícias de protestos da Editora da Unicamp, assim como de vários docentes.

Esperamos que o ocorrido tenha sido um "equivoco" do Jornal de Resenhas e não represente uma inflexão de sua linha editorial.

CAMPANHA SALARIAL INACABADA

Vivemos uma situação muito semelhante à do final de 1999: uma campanha salarial inacabada e uma proposta orçamentária apresentada ao Consu sem provisão para reajuste salarial, mesmo com previsão de aumento de 10,21% do orçamento da Universidade.

Relembrando os capítulos da novela:

□ □ Nossa campanha salarial de 2002 começa em 05/03, quando o Fórum das Seis define a pauta para a Campanha Salarial de 2002 e o índice de 16% como reivindicação de reajuste.

□ □ Este índice, aprovado nas assembléias das entidades que compõem o Fórum, é encaminhado ao Cruesp em 27/03, em ofício que solicita reunião de negociação e não obtém resposta. Em 16/04 o coordenador do Fórum das Seis protocola pauta de reivindicações na Secretaria do Cruesp, mas o presidente do Cruesp não comparece à reunião solicitada. Fórum das Seis solicita nova reunião para 29 ou 30/04, mas não obtém resposta até 08/05. Assembléia dos docentes da Adunicamp em 07/05 aprova indicativo do Fórum de paralisação em 16/05.

□ □ Nova assembléia é convocada para 15/05 uma vez que Cruesp, finalmente, marca reunião técnica para 13/05 e reunião de negociação para 17/05. A assembléia suspende a paralisação, com nova assembléia convocada para 21/05.

□ □ Cruesp propõe reajuste de 6,43% (índice FIPE) e acompanhamento conjunto com entidades do movimento da arrecadação. As assembléias consideraram esse índice insuficiente. Boletim do Fórum das Seis, de 20/05, indica paralisação em 22/05 para acompanhar nova reunião marcada que levará propostas de assembléias das entidades.

□ □ Adunicamp realiza assembléia em 21/05, aprova paralisação e apresenta ao Fórum a contraproposta de reajuste de 9,68% em maio (índice DIEESE) e o restante dos 16% a ser negociado em setembro.

□ □ Cruesp propõe 8% em maio com nova discussão em novembro.

□ □ Assembléia da Adunicamp em 28/05 delibera por unanimidade manter a contraproposta de 9,68% em maio e o que falta para os 16% em novembro. A diretoria da Adunicamp apresentou cálculos pertinentes, expurgando, da folha salarial que consta das planilhas do Cruesp, a contribuição patronal do IPESP. Considerando os dados da Secretaria da Fazenda, conclui-se que a Unicamp poderá pagar os 9,68%, a partir de maio, sem comprometer as despesas não salariais orçadas.

□ □ Assembléia da Adunicamp em 05/06 recebe fax do Secretário Executivo do Cruesp marcando nova reunião solicitada pelo Fórum para 10/06. Assembléia decide aprovar em bloco as propostas indicativas do Fórum reafirmando a reivindicação de 16% de reajuste, sendo 9,68% a partir de primeiro de maio e o restante a partir de setembro. Na reunião de 10/06, Cruesp mantém os 8% e propõe nova negociação em outubro. Fórum das Seis recomenda que entidades avaliem resultado de negociação com Cruesp e condições de mobilização.

□ □ Campanha salarial continua no segundo semestre. Cálculos feitos pela diretoria da Adunicamp, em agosto,

mostravam que a arrecadação do ICMS estava próxima de atingir a previsão de arrecadação da Secretaria da Fazenda para 2002. Cruesp suspende a reunião marcada para 08/08 por problemas de saúde do reitor da USP adian-do a discussão de outros pontos da pauta.

□ □ Em 09/09, Fórum se reúne com assessores dos reitores para avaliar evolução da arrecadação do ICMS. Os assessores consideram não haver "folga orçamentária". Em 13/09, Fórum se reúne com Cruesp. Reitores consideram esgotado o item referente a reajuste salarial, alegando comprometimento de folha de pagamento em torno de 89% e passam a discutir outros itens de pauta. Diretoria da Adunicamp tece considerações sobre aumento de ICMS e aumento de inflação medida pelo IPC/FIPE (3% em setembro de 2002) mostrando que, de acordo com o comportamento da arrecadação, as universidades têm condições de conceder o reajuste reivindicado.

□ □ Vivemos uma situação muito semelhante à do final de 1999: uma campanha salarial inacabada e uma proposta orçamentária apresentada ao Consu sem provisão para reajuste salarial, mesmo com previsão de aumento de 10,21% do orçamento da Universidade.

□ □ Assembléia de 24/10 aprova 8% de reajuste em outubro mais reposição da inflação do período abril-outubro com base no ICD-DIEESE.

□ □ Em 25/10, os assessores econômicos dos reitores afirmam que o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento permanece alto e informam que os reitores só poderão se reunir com o Fórum em novembro.

□ □ Fórum recebe informação em 04/11 de que arrecadação de outubro foi explosiva. As entidades reiteram proposta da Assembléia da Adunicamp mas Cruesp mantém-se irredutível: nenhum reajuste e negociações só em abril de 2003.

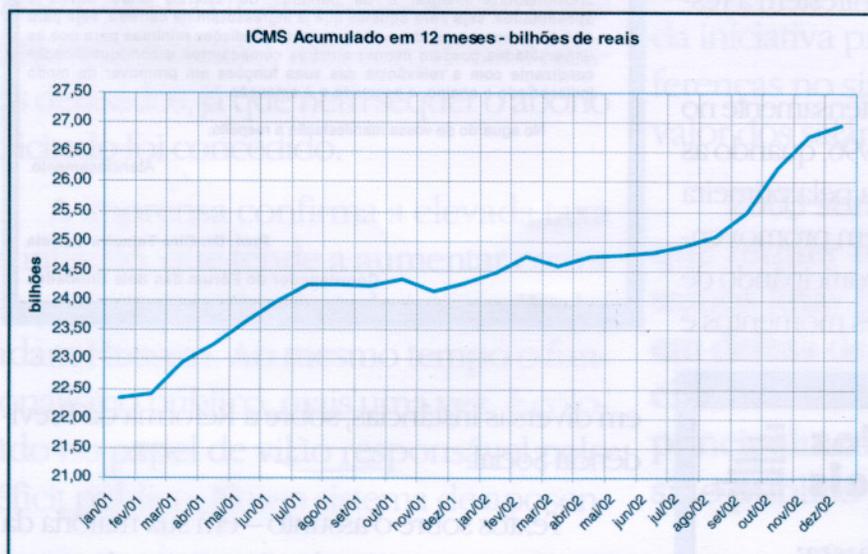
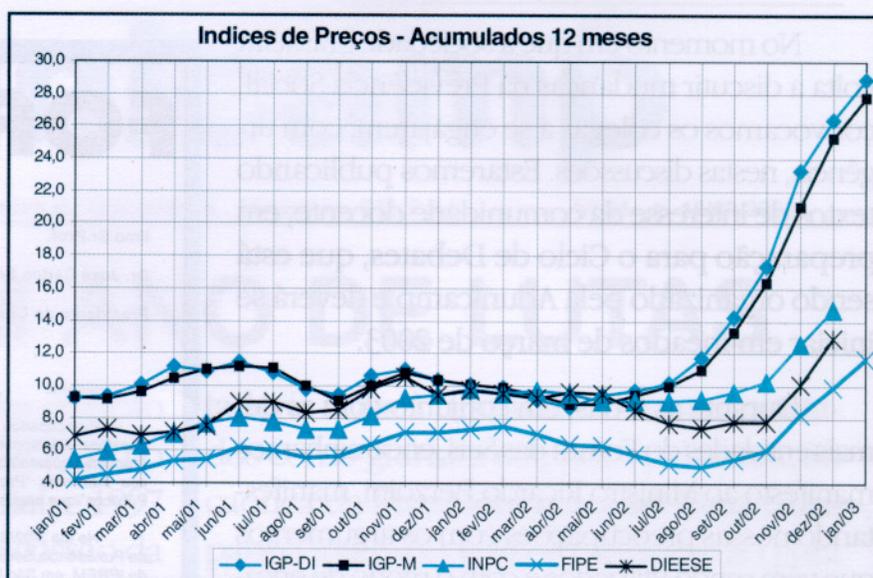
□ □ Assembléia em 13/11 reafirma reivindicações de 24/10: 8% em outubro mais 4,14% de recomposição de perdas.

□ □ Reunião do Fórum com a comissão técnica das reitorias, em 22/11, deixa claro que as universidades dispõem de significativa reserva de caixa. Com base no aumento da arrecadação do ICMS registrado nos últimos meses do ano, que superou as previsões da Secretaria da Fazenda do Estado, o Fórum encaminha ofício ao Cruesp reivindicando abono salarial. As entidades avaliam que os reitores podem conceder até 25% de abono sem que o comprometimento dos orçamentos ultrapasse os limites previstos em maio de 2002 (87,73%).

□ □ No discurso de posse, em 03/12, a nova diretoria da Adunicamp solicita ao reitor, presente, que considere o abono e aponta a campanha salarial inacabada. **FINDA O ANO E O ABONO NÃO VEM. NEM SEQUER UMA RESPOSTA.**

A UNIVERSIDADE VAI BEM, MAS...

Confirmando o que se prenunciava já no início do último trimestre de 2002, o ano passado se encerrou com uma generosa folga de caixa para as universidades estaduais e com um aperto desnecessário para os docentes e funcionários das nossas instituições. O Cruesp recusou-se a considerar – ou mesmo a negociar – o abono reivindicado em Novembro/Dezembro de 2002 e a perda do poder aquisitivo dos nossos salários se acentuou de maneira dramática. Qualquer que seja o índice escolhido (IGP-DI ou IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, INPC do IBGE, IPC da FIPE ou ICV do DIEESE) o quadro é igualmente assustador.

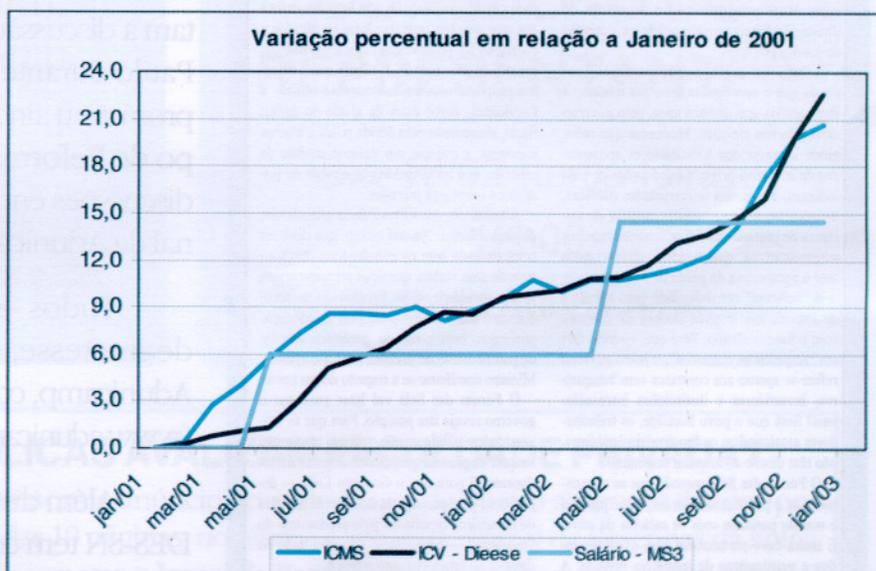


Por outro lado, a arrecadação do ICMS não “despencou” – como temiam ou ameaçavam os assessores técnicos do Cruesp – após o encerramento da anistia fiscal que marcou o período de Setembro a Novembro de 2002. Vimos, mais uma vez, confirmados os nossos argumentos de que a inflação e uma modesta retomada do nível de atividades econômicas se encarregariam de sustentar o incremento nominal daquele tributo.

O resultado desta combinação negativa – congelamento de salários/aceleração inflacionária – é visível no gráfico que segue abaixo e constitui um sólido argumento para embasar a nossa campanha salarial que ora se inicia.

Neste sentido, reivindicamos não apenas um reajuste substancial e imediato – de maneira a recompor o poder aquisitivo de nossos salários – como a definição de política salarial que promova reajustes periódicos em função do comportamento da inflação e da arrecadação do ICMS.

Temos duas opções: nos mobilizarmos para conquistar uma justa remuneração, ou nos resignarmos a reproduzir, no âmbito das Universidades Públicas Paulistas, a famosa frase da época da ditadura militar: “O país vai bem mas o povo vai mal”.



A ADUNICAMP E A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No momento em que a sociedade brasileira volta a discutir mudanças na Previdência Social, convocamos os colegas a se engajarem, com urgência, nestas discussões. Estaremos publicando textos de interesse da comunidade docente, em preparação para o Ciclo de Debates, que está sendo organizado pela Adunicamp e deverá se iniciar em meados de março de 2003.

Durante as férias, em conjunto com as demais entidades do Fórum das Seis, encaminhamos manifesto ao Ministro Ricardo Berzoini, manifestando nossas preocupações com os argumentos que vêm sendo utilizados e com o modo de encaminhamento da reforma. Também oficiamos ao Presidente do CRUESP reiterando a imperiosa necessidade de que os reitores se manifestem a respeito.

A Adunicamp vem atuando intensamente no debate sobre a Previdência desde 1996, quando as propostas de reforma vieram à tona pela primeira vez. Desde então, a Adunicamp vem promovendo, acompanhando, divulgando e participando de discussões realizadas, em diferentes momentos e

FORUM das seis

STU
Sintesp
Sintepc
Sintecamp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2.003.

Ilmo.Sr.Prof.

Dr. José Carlos Souza Trindade

Presidente do Cruesp

Sr. Presidente

Preocupados com o modo que o governo federal tem tratado das questões relacionadas com a previdência social e o conteúdo de suas propostas quanto ao direito à aposentadoria, o Fórum das Seis tornou público seu manifesto "Previdência pública e justa: em defesa dos Funcionários Públicos" que segue em anexo.

No dia 3/02/23/2003 esse documento foi entregue em mãos ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, durante evento realizado no auditório do IPREM, em São Paulo, quando enfatizamos as graves consequências para as nossas universidades, advindas da insegurança causada pelo governo, quando fala em suprimir direitos inerentes ao exercício da função pública, causando o êxodo de quadros permanentes qualificados nas universidades.

Nesse contexto entendemos ser urgente que o Cruesp também se manifeste a respeito da importância da preservação do direito à aposentadoria integral e da paridade de salários entre ativos e aposentados, seja para aqueles que já ingressaram na carreira, seja para os futuros concursos, de modo a garantir condições mínimas para que as universidades possam manter quadros competentes e com qualificação condizente com a relevância das suas funções em promover de modo indissociado o ensino, a pesquisa e a extensão.

No aguardo de vossa manifestação a respeito,

Atenciosamente.

Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia

Coordenador do Fórum das Seis Entidades

FORUM das seis

STU
Sintesp
Sintepc
Sintecamp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Previdência pública e justa: em defesa dos Funcionários Públicos

O Fórum das Seis acompanha com preocupação e surpresa a decisão do governo federal de realizar uma "reforma da Previdência" cujos eixos principais são a supressão de direitos do funcionalismo público e a criação de fundos privados.

A "reforma" assim proposta nada mais seria do que o aprofundamento das mudanças implantadas, nos últimos anos, pelo governo derrotado nas eleições. Mudanças que reduziram a massa dos trabalhadores aposentados da iniciativa privada a condições de vida indignas, e que, nas universidades públicas, provocaram a aposentadoria precoce de milhares de professores e funcionários técnico-administrativos qualificados, atemorizados ante a perspectiva da perda de direitos.

A "reforma" ora defendida pelo Ministro da Previdência implica quebra de contrato com o funcionalismo. Será que, quando fala em "respeitar os contratos", o novo governo refere-se apenas aos contratos com banqueiros, investidores e instituições internacionais? Será que o povo humilde, os trabalhadores assalariados, os funcionários públicos, não têm direito ao respeito contratual?

O Fórum das Seis entende que as aposentadorias e pensões devem ter valor integral e manter paridade com os salários da ativa. E assim deve ser também para os aposentados e pensionistas da iniciativa privada. A Previdência pode e deve ser universal, sim, recebendo todos o vencimento integral da ativa. Esta deveria ser a reforma praticada

pelo atual governo: o reconhecimento de direitos, ao invés da cassação de direitos.

Os funcionários e professores das universidades estaduais paulistas vão lutar em defesa dos seus direitos, pois recolhem há décadas a contribuição, proporcional aos seus salários, estipulada pelo Estado. E sabem que a reforma proposta visa exclusivamente utilizar a Previdência como fator de ajuste do déficit fiscal, alimentado pela dívida pública interna e externa, e colocar um volume enorme de recursos dos trabalhadores a serviço de poderosos interesses privados.

Acreditamos que a Previdência precisa, sim, de uma reforma. Na sua gestão, que deve ser compartilhada com os trabalhadores. No controle de suas verbas, que deve ser transparente para a sociedade. E na fiscalização do recolhimento das contribuições, pois a sonegação prossegue, bem como os generosos acordos de parcelamento de dívidas. Mas não vimos o Ministro manifestar-se a respeito desses temas.

O Fórum das Seis vai lutar para que o governo reveja sua posição. Para que as universidades públicas não sofram uma nova sangria de pessoal qualificado docente e não-docente. E para que o Governo Lula — depositário da esperança de dezenas de milhões de brasileiros espoliados pelo predomínio do "mercado" — não cometa tamanha lesão de direitos ao funcionalismo público.

São Paulo, 30 de janeiro de 2003
Fórum das Seis

em diversas instâncias, sobre a Reforma da Previdência Social.

Textos sobre o assunto — em sua maioria da Diretoria, outros assinados por associados — podem ser encontrados nos Boletins Adunicamp. Alguns deles referem-se a discussões sobre a Previdência no Congresso Nacional. Outros apresentam a discussão da Previdência no Estado de São Paulo durante o governo Covas. A Adunicamp promoveu ainda o Debate Previdência em Tempo de Reforma, em 06/07/1998. Um resumo das discussões serão realizadas foi publicado no Jornal da Adunicamp, ano XVI, dezembro de 1998.

Todos esses textos, e outros que são de interesse, estão disponíveis na página da Adunicamp, com o intuito de enriquecer o debate (www.adunicamp.org.br)

Além disso, nosso Sindicato Nacional — ANDES-SN tem compilado sistematicamente matérias jornalísticas sobre a Reforma da Previdência. Vale a pena consultar sua página (link na página da Adunicamp).